



TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR
Especialidade/Requisito: CONTABILIDADE

INFORMAÇÕES

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
2. A prova é composta de 40 questões objetivas.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada no cartão-resposta.
4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas nesse sentido aos aplicadores de prova.
5. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica transparente de tinta **preta ou azul**, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação e seguindo as orientações do para o preenchimento.
7. Nas salas de prova e durante a realização desta, não será permitido ao candidato: manter em seu poder relógios, armas e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3, tablets etc.), devendo acomodá-los no saco plástico fornecido pelo aplicador para esse fim. O candidato que estiver portando qualquer desses instrumentos durante a realização da prova será eliminado do Concurso Público. É proibido usar bonés, gorros, chapéus e semelhantes, bem como alimentar-se dentro da sala, com exceção de barras de cereal ou chocolate e água sem rótulo. Também é proibido comunicar-se com outro candidato, usar a calculadora e equipamentos similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- 7.1 Se você não recebeu um saco plástico para acomodar seus pertences, solicite-o ao fiscal.
8. A duração da prova é de 3 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões, além da transcrição das respostas para o cartão-resposta.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização e entregue o caderno de prova e o cartão-resposta.
10. O candidato somente poderá retirar-se da sala após 2 (duas) horas do início da prova, devendo, obrigatoriamente, entregar o caderno de provas e o cartão-resposta devidamente assinado ao fiscal de sala.

Duração total da prova: 3 horas

✂-----

RESPOSTAS

RESPOSTAS									
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.



EM BRANCO

**LÍNGUA PORTUGUESA****1. Leia o texto a seguir.**

O terrorismo sempre fascinou Albert Camus, que, além de uma obra de teatro sobre o tema, dedicou bom número de páginas de seu ensaio sobre o absurdo, *O Mito de Sísifo*, a refletir sobre esse insensato costume dos seres humanos de achar que assassinando os adversários políticos ou religiosos se resolvem os problemas. A verdade é que salvo casos excepcionais, em que o extermínio de um sátrapa atenuou ou pôs fim a um regime despótico – os dedos de uma das mãos dão e sobram para contá-los – esses crimes costumam piorar as coisas que querem melhorar, multiplicando as repressões, perseguições e abusos. Mas é verdade que, em alguns raríssimos casos, como o dos *narodniki* russos citados por Camus, que pagavam com sua vida a morte dos que eles matavam pela “causa”, havia, em alguns dos terroristas que se sacrificavam atentando contra um verdugo ou um explorador, certa grandeza moral.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/19/opinion/1503153835_678637.html>. Acesso em: 19/08/17. (Excerto).

O vocábulo **que** pode assumir diferentes funções, de acordo com o contexto de ocorrência. Assinale a alternativa que apresenta a análise adequada da ocorrência destacada do texto.

- A) No excerto “em alguns dos terroristas **que** se sacrificavam”, trata-se de uma partícula expletiva.
- B) Em “piorar as coisas **que** querem melhorar”, o vocábulo antecipa “repressões, perseguições e abusos”.
- C) No trecho “A verdade é **que** salvo casos excepcionais”, trata-se de pronome relativo reiterando “verdade”.
- D) A ocorrência “**que** pagavam com sua vida” revela-se como conjunção integrante retomando “casos”.
- E) Em “dos **que** eles matavam pela ‘causa’”, o vocábulo assume a função de um pronome relativo.

2. A anedota a seguir foi compartilhada pelo professor Sírio Possenti em uma entrevista. Ela é referência para a próxima questão.

Maria pede ao marido que vá ao armazém buscar 5 ovos.

- Se tiver pão, traga seis, ela acrescenta.

Na volta, ele entrega seis ovos e diz:

- Tinha pão.

Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num19/entrevista/Palimpsesto19entrevista01.pdf>>. Acesso em: 9/8/17.

Com base na leitura da piada, infere-se que a construção do humor decorre da

- A) incompatibilidade de sentido entre as frases.
- B) **incompreensão do marido sobre a encomenda.**
- C) informação alterada sobre a quantidade de ovos.
- D) inversão sintática típica da oralidade.
- E) linguagem conotativa utilizada pela esposa.

3. No dia 26 de agosto de 1789, os deputados franceses lançaram um dos grandes documentos da modernidade: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Era um vigoroso manifesto iluminista contra o Antigo Regime. Foi uma resposta ao crescimento dos movimentos sociais no verão de 1789, nas tensas semanas entre a queda da Bastilha, a onda de saques do Grande Medo e o fim dos direitos feudais (4 de agosto). Na semana que vem, o documento completa 228 anos.

Os artigos da Declaração demolem o prédio secular do Absolutismo de Direito divino e da desigualdade social pelo nascimento. Era um novo mundo, pelo menos no papel. Deputados homens, na maioria de origem burguesa, refizeram o mundo pela sua perspectiva. Quando uma voz dissidente e feminina, Olympe de Gouges, lançou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, foi parar na guilhotina. Sejam justos: a guilhotina não era machista. A lâmina ignorou gênero: matou Danton, Robespierre, Luís XVI, Maria Antonieta, freiras carmelitas e Lavoisier.

Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,o-direito-de-papel,70001942876>>. Acesso em: 19/08/17. (Excerto).

A leitura do texto permite concluir **CORRETAMENTE** que

- A) **mesmo quando as leis são alteradas significativamente, isso é feito com base na interpretação da elite social.**
- B) as mudanças de leis universais ultrapassam rapidamente as fronteiras do papel e transformam a sociedade.
- C) movimentos sociais surgem com pautas reivindicatórias após mudanças significativas em leis universais.
- D) a exemplo do que ocorreu há mais de duzentos anos, mudar as leis representa retrocesso social.
- E) quando há reorganização de leis, as vozes dissonantes são bem-vindas para contemplar a diversidade social.

O TEXTO ABAIXO SERVE DE BASE PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 4 E 5.

Você não resiste a uma livraria. Mesmo sabendo que já tem vários livros ainda não lidos em casa, (1) entra e sai com novas aquisições. (2) Ou faz o mesmo na internet ao receber um e-mail avisando que alguns livros do assunto pelo qual você tem interesse estão em promoção. Resultado: você tem uma pilha de leituras muito maior do que realmente consegue ler. Quem é apaixonado por livros (3) provavelmente se identifica com a situação descrita. Isso acontece tanto que existem grupos de apoio sobre o assunto em redes sociais voltadas para leitores, como o Goodreads.

Existe uma palavra em japonês que define a sensação já bem conhecida por leitores e compradores ávidos de livros: "tsundoku". Trata-se do hábito de comprar materiais de leitura e deixá-los em uma pilha sem nunca serem lidos. Em entrevista ao Quartz, o professor de japonês (4) Sahoko Ichikawa, da Universidade Cornell, dos Estados Unidos, explicou que o termo teve origem no século 19 e que "tsunde" significa empilhar coisas e "oku", (5) deixá-las de lado por um tempo.

Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2017/08.html>>. Acesso em: 14/08/17.

4. A construção do texto em dois parágrafos na ordem em que aparecem se explica porque o autor

- A) cria uma hipótese no primeiro parágrafo e, no segundo, dá nome ao resultado dela.
- B) narra um evento no primeiro parágrafo e, no segundo, estipula quem são seus personagens.
- C) argumenta a favor de uma tese no primeiro parágrafo e, no segundo, faz uma ressalva.
- D) apresenta um fato no primeiro parágrafo e, no segundo, trata dele metalinguisticamente.**
- E) descreve uma situação real no primeiro parágrafo e, no segundo, dá exemplos dela.

5. Sobre a pontuação dos trechos numerados no texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A vírgula em (1) é utilizada para marcar o fim de uma oração temporal reduzida.
- B) A vírgula em (5) é um elemento de coesão, já que marca uma elipse verbal.**
- C) Em (3), poderia haver uma vírgula para marcar a inversão da oração subjetiva.
- D) Em (4), deveria haver uma vírgula para marcar o início do aposto restritivo.
- E) O ponto-final em (2) poderia corretamente ser substituído por dois-pontos.

O TEXTO A SEGUIR É REFERÊNCIA PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 6 E 7.

Em uma conferência que escreveu sobre o destino da literatura, Lima Barreto afirmava: “Entrando no segredo das vidas e das coisas, a literatura reforça nosso natural sentimento de solidariedade com nossos semelhantes, explicando-**lhes** os defeitos, realçando-**lhes** as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a **obrigar a todos nós** a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e, por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim”.

A ideia **de que** a arte pode ter uma função na sociedade, **seja** como elemento de união entre os homens, **seja** pelo potencial de transformação da sociedade, era cara ao escritor carioca, homenageado da 15.^a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Sua literatura incluía os suburbanos, negros, despossuídos de toda sorte e, nesse sentido, promovia um olhar da elite letrada sobre tais personagens esquecidos na trama urbana, **bem como** abarcava seus temas e reivindicações. Um tipo de arte que perdeu o sentido por longas décadas na história da literatura brasileira, mas que nos últimos anos tem mostrado sua pertinência atemporal.

Disponível em: <<http://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/07.html>>. Acesso em: 14/08/17.

6. Sobre os mecanismos sintáticos destacados no texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Nas duas ocorrências, o pronome “lhes” funciona como objeto indireto de formas verbais transitivas diretas e indiretas.
- B) A estrutura correlativa “seja... seja...” poderia ser reescrita como “seja... ou” e ainda manter o paralelismo do período original, de acordo com a prescrição gramatical.
- C) O termo “a todos nós” funciona como objeto direto preposicionado, já que a forma verbal “obrigar” é transitiva direta e indireta.**
- D) O nexos “bem como” expressa comparação entre as orações, o que torna “como ainda” uma substituição correta nessa posição.
- E) A preposição “de” antes da conjunção integrante “que” poderia ser omitida, já que seu uso é opcional nessa posição.

7. A palavra “despossuídos” recebe acento gráfico pelo mesmo motivo que

- A) décadas.
- B) fúteis.
- C) literária.
- D) aí.**
- E) nós.

LEIA O TEXTO ABAIXO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 8, 9 E 10.

A esfinge, um monstro mitológico alado, com a cabeça de uma mulher e o corpo de um leão, **assolava** a cidade de Tebas na Grécia. Emboscava jovens em um lugar ermo e os desafiava (“Decifra-me ou devoro-te!”) com o enigma: “Que criatura pela manhã tem quatro pés, ao meio-dia tem dois e à tarde tem três?”

O único que decifrou a charada foi Édipo, ao responder “O homem, que na infância engatinha usando quatro membros, na vida adulta anda sobre dois pés, mas na velhice precisa de um cajado como apoio”. Por ter resolvido o enigma, Édipo acabou tornando-se rei de Tebas, casando-se, sem saber, com sua mãe, Jocasta, e sofrendo um fim infeliz, como bem descrito por Sófocles em sua tragédia *Édipo Rei*.

A resposta de Édipo bem descreve o arco de vida dos seres humanos, que se inicia na infância e termina na decadência da velhice e na morte. Tal trajetória é a inevitável consequência da impossibilidade de manter, indefinidamente, o estado de baixa entropia que caracteriza o organismo vivente. Tudo no universo está sujeito à segunda lei da termodinâmica, que determina o fluxo do tempo e traz a velhice.

O que sempre me impressionou na história do Édipo é o fato de tantos outros jovens antes dele terem morrido por serem incapazes de responder a uma pergunta tão elementar. Talvez eles não lembrassem mais da infância e não percebessem que um dia envelheceriam. De fato, a humanidade há séculos vive tentando negar a **inexorabilidade** da morte, fantasiando sobre como escapar dela.

Daí vem a busca **incessante** pela mítica “fonte da juventude”, cujas águas seriam capazes de rejuvenescer aqueles que as bebessem. Tal fonte certamente não existe, mas, independentemente disso, a humanidade tem conseguido aumentar consideravelmente a sua expectativa de vida, através de melhor nutrição, saneamento básico, antibióticos e outros progressos da medicina.

Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/4315/n/tempus_fugit>. Acesso em: 14/08/17.

8. As palavras destacadas podem ser substituídas, **RESPECTIVAMENTE**, sem alteração do sentido original dos períodos, por

- A) devastava – implacabilidade – ininterrupta.**
- B) desolava – inevitabilidade – ocasional.
- C) nulificava – indispensabilidade – perecível.
- D) oprimia – utilidade – intermitente.
- E) depredava – essencialidade – volátil.

9. Em qual dos trechos a seguir, retirados do texto, há uma **INADEQUAÇÃO** de regência verbal, tomadas as normas da gramática tradicional como padrão de correção?

- A) [...] Édipo acabou tornando-se rei de Tebas [...].
- B) [...] que se inicia na infância e termina na decadência da velhice [...].
- C) [...] por serem incapazes de responder a uma pergunta tão elementar.
- D) [...] cujas águas seriam capazes de rejuvenescer aqueles que as bebessem.
- E) Talvez eles não lembrassem mais da infância [...].**

10. Assinale a alternativa em que a expressão destacada a seguir está empregada em **DESACORDO** com as recomendações da norma gramatical.

- A) [...] ao meio-dia tem dois e à tarde tem três [...].
- B) Tudo no universo está sujeito à segunda lei da termodinâmica [...].
- C) [...] aumentar [...] a sua expectativa de vida, através de melhor nutrição [...].**
- D) [...] que determina o fluxo do tempo e traz a velhice.
- E) [...] mítica “fonte da juventude”, cujas águas seriam capazes de rejuvenescer [...].

NOÇÕES ELEMENTARES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO

11. Segundo o Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispendo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, é considerada pessoa portadora de deficiência
- A) mental, quem apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função motora, podendo apresentar-se sob a forma de paralisia cerebral.
 - B) física, quem apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, podendo apresentar-se sob a forma de amputação ou ausência de membro, mesmo que a deficiência não produza dificuldades para o desempenho de funções ou atividades a serem exercidas.
 - C) permanente, aquela que sofreu uma redução acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que possa receber ou transmitir informações necessários para os eu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.
 - D) física, quem apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, podendo apresentar-se sob a forma de paraplegia.**
 - E) múltipla, aquela que apresenta, de forma simultânea, em um dos olhos cegueira (acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho) e no outro baixa visão (acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho).
12. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, **NÃO** é causa de vacância do cargo público
- A) afastamento para tratamento de doença grave, comprovada por laudo médico.**
 - B) demissão.
 - C) readaptação.
 - D) exoneração a pedido ou de ofício.
 - E) aposentadoria.
13. Considerando o disposto no Código de Organização Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. Para garantir o cumprimento e a execução de seus atos e decisões, podem o tribunal e os juízes requisitar do Poder Público os meios necessários àquele fim, autorizada a apreciação do mérito da decisão ou do fato a ser executado ou cumprido.
 - II. Na guarda e aplicação da Constituição da República, da Constituição do Estado e das leis, o Poder Judiciário só intervirá em espécie e por provocação da parte, salvo quando a lei expressamente determinar procedimento de ofício.
 - III. O Tribunal de Justiça e os juízes mencionados no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul têm competência exclusiva para conhecer todas as espécies jurídicas, ressalvadas as restrições constitucionais e legais.
 - IV. A justiça do Estado é instituída para assegurar a defesa social, tutelar e restaurar as relações jurídicas.
- A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - D) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.**
 - E) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
14. Acerca da Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, avalie as assertivas a seguir e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**
- I. Um dos objetivos da referida política é formar recursos humanos para o atendimento da pessoa portadora de deficiência.
 - II. Uma das diretrizes da referida política é garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.
 - III. Um dos princípios da referida política tem por base o respeito às pessoas portadores de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, com privilégios, se necessário.
- A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - C) Apenas a assertiva I está correta.
 - D) Apenas a assertiva III está correta.
 - E) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**



15. Com base no Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução n.º 98, de 04 de Novembro de 2013), assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) O servidor, investido em cargo de gestão, que for parente em linha reta de pessoa que mantenha participação superior a cinco por cento do capital de sociedade comercial que negocie com o Poder Público deve comunicar o fato ao setor de pessoal do Tribunal de Justiça.
 - B) É dever do servidor investido em função ou cargo de gestão opinar publicamente a respeito do desempenho funcional de outro servidor investido em função ou cargo de gestão para assegurar a honorabilidade do órgão.
 - C) O servidor investido em função ou cargo de gestão não poderá receber salário ou qualquer outra remuneração de fonte privada que esteja em desacordo com a Lei e a Constituição Federal.
 - D) O servidor deve abster-se de manter relações oficiais, financeiras, profissionais ou pessoais que possam prejudicar ou criar embaraços e restrições a sua atuação profissional.
 - E) É dever ético fundamental do servidor da Justiça Estadual apresentar-se para o trabalho adequadamente vestido, segundo o padrão do Poder Judiciário.
16. O Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul elenca algumas situações em que será aplicada a pena de demissão ao servidor público. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) Será aplicada a pena de demissão nos casos de acumulação ilícita de cargo ou função, comprovada a má-fé.
 - B) Será aplicada a pena de demissão nos casos de exercício de advocacia administrativa.
 - C) Será aplicada a pena de demissão nos casos de condenação pela justiça comum, independentemente do crime ou da pena aplicada na decisão condenatória.
 - D) Será aplicada a pena de demissão nos casos de incontinência pública ou escandalosa.
 - E) Será aplicada a pena de demissão nos casos de abandono de cargo ou inassiduidade habitual.
17. Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, são órgãos do Poder Judiciário do Estado, dentre outros:
- A) o Conselho Superior da Magistratura e o Ministério Público estadual.
 - B) os juízes de Direito auxiliares de Entrância Especial, os juízes Leigos e os Conciliadores.
 - C) os Conselhos da Justiça Militar, os Juizados Especiais e os Defensores Públicos do Estado.
 - D) os juízes substitutos e os juízes de paz.
 - E) os Juízes de Direito, o Ministério Público e os Advogados Públicos.
18. A RESOLUÇÃO N° 98, de 4 de novembro de 2013, instituiu o Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul considerando a necessidade de orientar as ações dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul em face dos princípios que regem a Administração Pública e do padrão ético que é construído a partir da conduta dos servidores, os quais devem obedecer a um conjunto de princípios e normas. Segundo essa Resolução, é dever ético fundamental do servidor da Justiça Estadual
- I. comunicar imediatamente a seus superiores todo ato contrário ao interesse público de que tiver conhecimento.
 - II. abster-se de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo violação expressa à lei.
 - III. fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço em benefício próprio ou de terceiros.
 - IV. participar dos movimentos e estudos que se relacionem com treinamentos e melhoria do exercício de suas funções, quando convocado.
- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - B) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - D) Apenas a assertiva II está correta.
 - E) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
19. Considerando o disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul sobre os atos do Tribunal de Justiça, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. Provimentos são instruções ou determinações de caráter regulamentar, expedidos para a boa ordem, regularidade e uniformização dos serviços da Justiça e fiel observância da Lei.
 - II. Voto é a manifestação proferida pelo Conselho Superior da Magistratura, por comissão – permanente ou transitória –, ou por juízes auxiliares ou corregedores, no exercício de suas funções, por ocasião da conclusão de seus trabalhos nos respectivos processos.

- III. Portarias são atos administrativos, visando à reestruturação dos serviços.
IV. Instruções são atos de ordenamento administrativo interno, visando a disciplinar o modo e a forma de execução de serviços da Secretaria do Tribunal e dos órgãos auxiliares.

- A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
D) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
E) **Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.**

20. Sobre a Lei nº 3.310/2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de decisão judicial proferida por órgão de segunda instância, ainda que haja pendência de recurso.
II. O servidor estável só perderá o cargo mediante processo administrativo disciplinar, em que lhe seja assegurada ampla defesa.
III. O servidor estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na conformidade de regulamento, assegurada ampla defesa.
IV. O servidor estável só perderá o cargo por corte de despesas com pessoal, na forma que dispuser lei federal específica.
V. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de laudo pericial que ateste a ineficiência na prestação do serviço público.

- A) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.**
B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
C) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
D) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
E) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Marcos Repolho, servidor público do Estado de Mato Grosso do Sul, dirigindo o carro oficial, envolve-se em um acidente de trânsito, colidindo com o veículo que era conduzido e de propriedade de Zé das Couves. Infelizmente Marcos Repolho não viu que o sinalizador estava vermelho e avançou no cruzamento, acertando a lateral do veículo de Zé das Couves. Diante dos conhecimentos de responsabilidade do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Se a ação de indenização for ajuizada por Zé das Couves diretamente contra Marcos Repolho, o conteúdo da demanda estará vinculado à responsabilidade objetiva.
B) Se a ação de indenização for ajuizada por Zé das Couves contra o Estado de Mato Grosso do Sul, o conteúdo da demanda estará vinculado à responsabilidade objetiva.
C) Se a ação ajuizada por Zé das Couves contra o Estado de Mato Grosso do Sul for procedente, ele poderá ajuizar ação de regresso contra o servidor Marcos Repolho e o conteúdo dessa demanda estará vinculado à responsabilidade objetiva.
D) Se a ação de indenização for ajuizada por Zé das Couves contra o Estado de Mato Grosso do Sul, o conteúdo da demanda estará vinculado à responsabilidade subjetiva.
E) O prazo para que Zé das Couves ajuíze ação de indenização contra o Estado de Mato Grosso do Sul é de 04 (quatro) anos.

22. Sobre as disposições constitucionais acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.
II. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
III. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e sete anos que, obrigatoriamente, tenham formação superior em Direito ou Contabilidade.

- IV. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- A) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
E) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
23. A Lei nº 8.666/93 regulamenta o artigo 37, XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, e estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre as disposições contidas na referida lei, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O projeto básico é facultativo quando da publicação do edital de licitação, já que poderá (ser) desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços.
B) O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, poderá participar da licitação ou da execução do contrato de seu projeto.
C) É cabível a exigência de atestado de capacidade técnico-profissional numa licitação para aferir se o licitante possui profissional detentor de expertise no objeto licitado a partir de uma experiência pretérita, desde que somente se exija a comprovação de anterior execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.
D) A modalidade tomada de preços deverá ser feita quando a obra e serviço de engenharia ultrapassar R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
E) Cabe a contratação por inexigibilidade de licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
24. De acordo com a NBC TSP - Estrutura Conceitual de 23/09/2016, no setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados é
- A) o potencial de serviços, e não a sua capacidade de gerar fluxo de caixa.
B) a geração de fluxo de caixa e o potencial de serviços.
C) o potencial de serviços e a classificação de ativos tangíveis e intangíveis.
D) a geração de fluxo de caixa e a classificação de ativos tangíveis.
E) o potencial de serviços e a classificação de ativos intangíveis.
25. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades de Setor Público (RCPGs) devem ser elaborados e divulgados, principalmente para atender às necessidades de informações dos seguintes usuários primários:
- A) gestores de órgãos públicos e usuários em geral.
B) autoridades tributárias e responsáveis pelas estatísticas de finanças públicas.
C) usuários que recebem os serviços do governo e gestores de órgãos públicos.
D) autoridades tributárias e provedores de recursos e seus representantes.
E) usuários que recebem os serviços do governo e provedores de recursos e seus representantes.
26. As características qualitativas das informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual de 23/09/2016, são
- A) relevância, essência sobre a forma, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
B) relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
C) relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, materialidade, comparabilidade e verificabilidade.
D) custo benefício, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
E) custo benefício, essência sobre a forma, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

27. De acordo com a NBC T 16.6 (R1), as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público são:

- A) balanço patrimonial; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração do resultado do exercício; demonstração de fluxo de caixa; demonstração das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas.
- B) balanço patrimonial; balanço orçamentário; demonstração do resultado do exercício; demonstração de fluxo de caixa; demonstração de lucros e prejuízos acumulados e notas explicativas.
- C) balanço patrimonial; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração das variações patrimoniais; demonstração de fluxo de caixa; demonstração das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas.
- D) balanço patrimonial; plano orçamentário; balanço financeiro; demonstração das variações patrimoniais; demonstração de fluxo de caixa; demonstração das mutações do patrimônio líquido e relatório da administração.
- E) balanço patrimonial; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração das variações patrimoniais; demonstração de fluxo de caixa; demonstração de valor adicionado e notas explicativas.

28. De acordo com a Portaria Conjunta STN/SOF N° 02, de 22 de dezembro de 2016 (*Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (MCASP), 7ª Edição), assinale a alternativa que indica a ordem das etapas, na sequência **CORRETA**, da Receita Pública Orçamentária.

- A) Recolhimento – arrecadação – lançamento – previsão.
- B) Previsão – recolhimento – lançamento – arrecadação.
- C) Destinação – recolhimento – arrecadação – lançamento.
- D) Recolhimento – destinação – lançamento – previsão.
- E) Previsão – lançamento – arrecadação – recolhimento.

29. Leia as assertivas a seguir sobre os créditos adicionais.

- I. Os créditos especiais: são os destinados ao reforço de dotação orçamentária.
- II. Os créditos suplementares: são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- III. Os créditos extraordinários: são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- IV. O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior: é um recurso disponível para fins de abertura de créditos extraordinários.
- V. Os provenientes de excesso de arrecadação: são recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares.
- VI. Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei: são recursos disponíveis para fins de abertura de créditos extraordinários.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas **CORRETAS** sobre os créditos adicionais conforme a Portaria Conjunta STN/SOF N° 02, de 22 de dezembro de 2016 (*Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (MCASP), 7ª Edição).

- A) III e V.
- B) I e VI.
- C) II e IV.
- D) II e V.
- E) IV e VI.

30. Faça a correlação sobre a classificação da despesa pública.

- (1) Classificação Institucional () Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos. Conforme estabelecido no art. 3º da Portaria MOG nº 42/1999, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e as determinações nela contidos. Ou seja, todos os entes devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações, mas cada um estabelecerá seus próprios programas e ações de acordo com a referida Portaria.

- (2) Classificação funcional () Reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias (art. 14 da Lei nº 4.320/1964). Os órgãos orçamentários, por sua vez, correspondem a agrupamentos de unidades orçamentárias. As dotações são consignadas às unidades orçamentárias, responsáveis pela realização das ações.
- (3) Classificação por Estrutura Programática () Segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “Em que área de ação governamental a despesa será realizada?”. Foi instituída pela Portaria nº 42/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. Trata-se de uma classificação independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.
- (4) Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza () No processo de aquisição de bens ou serviços por parte do ente da Federação, é necessário observar alguns passos para que se possa proceder à adequada classificação e garantir que a informação contábil seja fidedigna.
1º passo – identificar se o registro do fato é de caráter orçamentário ou extraorçamentário;
2º passo – identificar a categoria econômica da despesa orçamentária, verificando se é uma despesa orçamentária corrente ou de capital.
3º passo – verificar o grupo de natureza da despesa orçamentária.
4º passo – fazer a identificação do elemento de despesa, ou seja, o objeto fim do gasto.
Normalmente, os elementos de despesa guardam correlação com os grupos de natureza de despesa, mas não há impedimento para que alguns elementos típicos de despesa corrente estejam relacionados a um grupo de despesa de capital.
- (5) Orientação para a Classificação quanto à Natureza da Despesa Orçamentária () Compõe-se de a) categoria econômica; b) grupo de natureza da despesa; c) elemento de despesa.
A natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “Modalidade de Aplicação”, que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

Marque a alternativa que completa **CORRETAMENTE** os parênteses, de cima para baixo.

- A) 1, 2, 3, 4, 5.
B) 2, 1, 4, 5, 3.
C) 3, 1, 2, 5, 4.
D) 4, 3, 2, 1, 5.
E) 5, 4, 1, 2, 3.

31. Leia as afirmações a seguir sobre o processo de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

- I. O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal do Brasil de 1988.
- II. O modelo orçamentário brasileiro compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- III. O PPA, com vigência de dois anos, tem como função estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo da administração pública.

- IV. Cabe à LDO, quadrienalmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte.
- V. A LDO, ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte, torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

Assinale a alternativa que indica **apenas** as assertivas **CORRETAS**.

- A) II, III e IV.
B) I, II e V.
C) III, IV e V.
D) II, IV e V.
E) I, III e V.

32. Com base no balanço patrimonial a seguir, calcule os índices de liquidez corrente e composição do endividamento.

Balanço Patrimonial		
Ativo	2016	2015
Ativo circulante		
Caixa e equivalente de caixa	9.217.933	7.999.954
Créditos a curto prazo	1.526.204	1.105.372
Demais créditos e valores a curto prazo	2.087.109	1.699.616
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	337.348	730.590
Estoques	178.425	209.715
VPDs pagas antecipadamente	11.356	5.370
Total do ativo circulante	13.358.375	11.750.617

- A) O índice de liquidez corrente do ano de 2015 é aproximadamente 1,55, e o endividamento em 2016 é aproximadamente de 26% a curto prazo.
- B) O endividamento mostra que aproximadamente 0,40 da dívida do Estado em 2015 é exigível no próximo exercício financeiro, e o índice de liquidez corrente aproximado em 2016 é 1,66.
- C) A liquidez corrente aproximada em 2015 de 1,75 indica quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período, e o endividamento em 2015 aproximado é de 36% a curto prazo.
- D) O endividamento do Estado em 2016 é aproximado em 19%, e a liquidez corrente no ano de 2016 é 0,57, aproximadamente.
- E) O Estado tem uma liquidez corrente nos anos de 2016 e 2015 aproximadamente em 1,96, com a composição de endividamento aproximada em 0,10.

33. A modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições é o incentivo fiscal por meio do qual a lei modifica para menos sua base tributável pela exclusão de quaisquer de seus elementos constitutivos. Pode ocorrer isoladamente ou associada a uma redução de alíquota, expressa na aplicação de um percentual de redução. O conceito de renúncia de receita da LRF é exemplificativo, abarcando também, além dos instrumentos mencionados expressamente, quaisquer "outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado". A evidencição de renúncia de receitas poderá ser efetuada de diversas maneiras, sendo contabilizada somente nos casos em que seja possível mensurar um valor confiável. Em geral, é utilizada a metodologia da dedução de receita orçamentária para evidenciar as renúncias. Dessa forma, deve haver um registro na natureza de receita orçamentária objeto da renúncia, em contrapartida a uma dedução de receita (conta redutora de receita). Sob o ponto de vista patrimonial, havendo renúncia de receitas após o registro do ativo pelo regime de competência, deve haver os registros patrimoniais dos valores renunciados.

Um exemplo: diminuição de alíquota do Imposto Predial Territorial Urbano, IPTU. Suponha que um município, ao diminuir a alíquota do IPTU, causou redução de 20% na sua receita arrecadada. Nessa situação, assinale a alternativa que representa o registro contábil, no município, da renúncia de receita no momento do reconhecimento do fato gerador. Valor arrecadado: R\$1.600,00.

A)

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar R\$1.600,00

D 6.2.1.3.x.xx.xx * Dedução da Receita Realizada (IPTU) R\$ 400,00

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada R\$ 2.000,00

Obs: * Dedução de renúncia de IPTU – Retificadora da Receita Realizada

B)

Natureza da informação: controle

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos R\$ 2.000,00

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR) R\$ 2.000,00

C)

Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.1.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos R\$ 400,00

C 7.2.1.1.x.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR) R\$ 400,00

D)

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F) R\$ 1.600,00

C 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) R\$ 1.600,00

E)

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) R\$1.600,00

C 4.1.1.2.x.xx.xx Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda R\$1.600,00

34. Leia as afirmações a seguir.

- I. Ativos de infraestrutura são ativos que normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens de capital. Para serem classificados como ativos de infraestrutura, deverão ser parte de um sistema ou de uma rede, além de especializados por natureza, e não possuir usos alternativos. Exemplos desses ativos incluem redes rodoviárias, sistemas de esgoto, sistemas de abastecimento de água e energia, redes de comunicação, pontes, calçadas, calçadões, entre outros.
- II. Ativos descritos como bens do patrimônio cultural são assim chamados devido à sua significância histórica, cultural ou ambiental. Exemplos incluem monumentos e prédios históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais. Esses ativos são raramente mantidos para gerar entradas de caixa, e pode haver obstáculos legais ou sociais para usá-los em tais propósitos.
- III. A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.
- IV. São receitas provenientes da fruição do patrimônio de ente público, como por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias. São classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial.
- V. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas que versam sobre os bens de uso comum do povo.

- A) I e V.
- B) II e III.
- C) I e II.
- D) II e IV.
- E) IV e V.

35. Leia as assertivas a seguir sobre a Resolução CFC nº 803/1996.

- I. Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.
- II. Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita.
- III. Abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento.
- IV. Anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.
- V. Comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.

Sobre os deveres do profissional da contabilidade, conforme Resolução CFC nº 803/1996, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- C) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- D) Apenas as assertivas I e V estão corretas.**
- E) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

36. De acordo com a Portaria Conjunta STN/SOF Nº 02/2016 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição, é CORRETO afirmar que

- I. aquisição financiada de bens é uma espécie de operação de crédito contratual em que não há ingresso efetivo de recursos financeiros nos cofres da entidade, como a aquisição financiada diretamente com o fornecedor do bem.
- II. arrendamento mercantil é classificado como financeiro quando há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido ao final da operação, se atendidas as condições contratadas e houver interesse pela parte onerada.
- III. mútuo financeiro é uma espécie de operação de crédito em que há obtenção de recurso junto a uma instituição financeira para pagamento posterior acrescido de juros e demais encargos contratualmente previstos.
- IV. operações de crédito mobiliárias são as obrigações financeiras internas ou externas assumidas em virtude de contrato, tratado, convênio ou outro instrumento jurídico que constitua e regule o negócio consensualmente firmado, estabelecendo as obrigações das partes contratantes.
- V. operações de crédito contratuais são as obrigações financeiras internas ou externas assumidas em decorrência da captação de recursos por meio da emissão de títulos públicos.

Assinale a alternativa que indica **apenas** as assertivas **CORRETAS**.

- A) I, II e III.**
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) II, IV e V.
- E) I, III e V.

37. Com base no código de ética profissional do contador (Resolução CFC nº 803/1996), analise as assertivas considerando o contador atuando como perito, assistente técnico, auditor ou árbitro. Pode o contador

- I. recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida.
- II. abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração de determinado laudo.
- III. abster-se de expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos.
- IV. considerar com imparcialidade o pensamento exposto em laudo submetido à sua apreciação.
- V. abster-se de dar parecer ou emitir opinião sem estar suficientemente informado e munido de documentos.
- VI. considerar-se impedido para emitir parecer ou elaborar laudos sobre peças contábeis de acordo com as restrições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Assinale a alternativa que indica **apenas** as assertivas **CORRETAS**.

- A) IV, V e VI.
- B) I, III e V.
- C) I, II e V.
- D) III e VI.
- E) I, II, III, IV, V e VI.

38. O Regulamento de Imposto de Renda (RIR 3000/99) destaca como regra geral que, na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto, entre outros, poderão ser deduzidas do rendimento tributável apenas

- A) as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) as contribuições para a Previdência Social da União.
- C) as contribuições para a Previdência Social da União e dos Estados.
- D) as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- E) as contribuições para a Previdência Social da União e dos Municípios.

39. O Regulamento do Imposto de Renda (RIR) 3000/99, no seu capítulo II, seção II, no seu artigo 950, trata do tema "multa de mora sobre pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos". Nesse contexto, assinale a alternativa **CORRETA** sobre a multa de mora.

- A) A multa será calculada a partir do mês subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do imposto até o dia em que ocorrer o seu pagamento.
- B) O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a vinte e cinco por cento.
- C) A multa será aplicada mesmo quando o valor do imposto já tenha servido de base para a aplicação da multa decorrente de lançamento de ofício.
- D) Os débitos não pagos nos prazos previstos na legislação específica serão acrescidos de multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento por dia de atraso.
- E) A interposição da ação judicial favorecida com a medida liminar interrompe a incidência da multa de mora, desde a concessão da medida judicial até sessenta dias após a data da publicação da decisão judicial que considerar devido o imposto.

40. Na determinação do imposto de renda com base no Lucro Real, algumas diferenças temporárias surgem quando a receita ou a despesa está incluída no lucro contábil em um período e será incluída no lucro tributável em um período diferente. Essas diferenças temporárias são geralmente descritas como diferenças temporárias tributáveis. Sobre o tratamento contábil adequado para tais informações, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 32 (R2), assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Um passivo fiscal diferido não deve ser reconhecido para as diferenças temporárias tributáveis, inclusive quanto ao passivo fiscal diferido que advenha de reconhecimento inicial de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou de reconhecimento inicial de ativo ou passivo em transação que não seja combinação de negócios e, no momento da transação, não afete nem o lucro contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal), pois apenas devem ser reconhecidos e controlados na parte B do LALUR.
- B) As diferenças temporárias devem ser reconhecidas apenas no livro de apuração do lucro real (LALUR), exceto aquele passivo fiscal diferido que advenha de reconhecimento inicial de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou de reconhecimento inicial de ativo ou passivo em transação que não seja combinação de negócios.
- C) Um passivo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto o passivo fiscal diferido que advenha de reconhecimento inicial de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou de reconhecimento inicial de ativo ou passivo em transação que não seja combinação de negócios e, no momento da transação, não afete nem o lucro contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Entretanto, para diferenças temporárias tributáveis relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e interesses em empreendimentos sob controle conjunto, um passivo fiscal diferido tem tratamento específico.
- D) Todo passivo fiscal diferido que advenha de reconhecimento inicial de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou de reconhecimento inicial de ativo ou passivo em transação que não seja combinação de negócios e, no momento da transação, não afete nem o lucro contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal) deve ser reconhecido contabilmente conforme estabelece a NBC TG 32 (R2).
- E) As diferenças temporárias que devem ser reconhecidas na contabilidade e no livro de apuração do lucro real (LALUR) são apenas aquelas oriundas do reconhecimento inicial de ativo ou passivo em transação que não seja combinação de negócios e que, no momento da transação, afete o lucro contábil, o lucro tributável ou o prejuízo fiscal.



EM BRANCO